



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS-CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS-UACC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



EVERTON DIÊGO DE MORAES DANTAS

DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO: um estudo junto às empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA

SOUSA-PB

2014

EVERTON DIÊGO DE MORAES DANTAS

DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO: um estudo junto às empresas do setor energético listadas Na BM&FBOVESPA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Allan Sarmiento Vieira.

Co-orientador: Professor Esp. Raul Ventura Júnior.

SOUSA-PB

2014

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: **DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO: um estudo junto às empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa-PB, Março de 2014.

Everton Diêgo de Moraes Dantas

Autor

EVERTO DIÊGO DE MORAES DANTAS

DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO: um estudo junto às empresas do setor energético listadas Na BM&FBOVESPA

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande- PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em 28 de Março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Allan Sarmiento Vieira - Orientador - Prof. Dr. UFCG

Cristiane Queiroz Reis - Examinadora - 1 - Profa. Msc. UFCG

Fabiano Ferreira Batista - Examinador - 2 - Prof. Msc. UFCG

Dedico este trabalho a minha avó Dona Helena “*in memoriam*” pelos valores e ensinamentos repassados durante o tempo que passou entre nós e a minha mãe Maria do Socorro, pessoa que não mede esforços no cuidado a mim e ao meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer a Deus, Pai Criador, por me conceder o dom da vida, pela fé, força e determinação com que encaro todos os desafios que surgem a cada dia.

A minha avó Dona Helena “*in memoriam*” que eu carinhosamente chamava de vovó e a minha mãe Maria do Socorro, a quem chamo de mamãe, por me ensinarem a viver a vida de maneira simples e honesta.

A todos os meus familiares, em especial a minha tia Maria de Fátima, por acreditarem na minha capacidade, depositando confiança em mim e por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida.

Aos meus padrinhos Inácio e Neide, casal exemplo de pai e mãe, que fazem com que eu me sinta parte da família e ao grande Pe. Elias pela sabedoria ao me aconselhar e pela a figura de pai que me passava.

A minha namorada Thauane pelo carinho e incentivo que me passou durante a produção deste trabalho e por está ao meu lado nesse momento de imensa felicidade.

Ao meu professor, irmão, e grande amigo Dr. Allan, orientador dessa monografia, pela motivação e incentivo no desenvolvimento deste trabalho, como também pela contribuição na agregação de valor a minha formação acadêmica e por sempre me apoiar nas minhas escolhas, torcendo sempre pelo meu sucesso profissional.

Ao meu co-orientador, o professor Raul e sua esposa, a professora Ana Flavia, pela grande amizade construída ao decorrer do curso e pelo respeito que temos um ao outro.

A toda comunidade de Mãe D’água, minha cidade natal, pelas tantas ajudas recebidas de várias pessoas quando passei a morar em Sousa, cidade a qual aprendi a gostar pelas tantas amizades verdadeiras construídas, em especial a Dona Francisca e a Dona Dolores mães que ganhei ao vir para cá.

A todos os amigos de Mãe D’água, Malta, Sousa, Cajazeiras e São José de Piranhas, amigos esses que levo sempre comigo, onde quer que eu esteja.

Aos amigos de turma, a família RC Contabilidade, em especial a Reginaldo pela oportunidade que me proporcionou, como também a todos os professores do curso de Ciências Contábeis e a todos os funcionários do CCJS.

Por fim, agradeço a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu conseguisse chegar até onde cheguei.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.” (Charles Chaplin)

RESUMO

A evidenciação das informações socioambientais apresentadas por algumas empresas de energia listadas na BM&FBOVESPA é considerada atualmente um fator de grande importância, isso por que, é através dessas informações que a empresa apresenta a sua preocupação em relação à preservação do meio ambiente e aos impactos ambientais causados pela mesma. É por isso que algumas delas utilizam o Balanço Social modelo IBASE e GRI como forma de evidenciar seus demonstrativos voluntários, servindo este como uma informação extra às demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas anualmente. O objetivo principal da pesquisa é apresentar quais são as formas de evidenciação utilizadas pelas empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA. O referido trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter quanti-qualitativa, documental, descritiva e estudo de caso, onde foram selecionadas 73 empresas do setor energético listadas no site da BM&FBOVESPA para compor o universo da pesquisa. Realizada a análise dos dados, verificou-se que das 22 empresas da amostra apenas 5 delas apresentam formas de evidenciação voluntária em seus relatórios de sustentabilidade, mostrando com isso o papel que cada uma assume a cerca da responsabilidade socioambiental.

Palavras Chave: evidenciação voluntária, formas de evidenciação, responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

The evidenciation of social and environmental information submitted by some energy companies listed on the BM & FBOVESPA is currently considered a factor of great importance, this because is through this information that the company shows its concern for the preservation of the environment and environmental impacts caused by them. That's why some use the Social balance IBASE model and GRI as a way of evidencing their voluntary demonstratives, such models serving to extra information to the financial statements presented by companies annually. The main objective of the research is to present what are the forms of disclosure disclosed by companies in the energy sector listed on the BM & FBOVESPA , which contribute to the construction of social environmental responsibility. The aforementioned work is about a research of quantitative and qualitative nature, documentary, and descriptive case study, where 73 companies in the energy sector listed on the BM & FBOVESPA website have been selected to make its universe. Performed the data analysis, it was verified that of the 22 companies in the study only 5 of them disclose forms of voluntary evidenciation in their sustainability reports, thereby showing the role that each one takes about social and environmental responsibility.

Keywords: voluntary disclosure, forms of disclosure, environmental responsibility.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 Características Qualitativas da Informação Contábil	28
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Listas das empresas de energia que compõem a amostra selecionada	19
Quadro 2: Evolução da Contabilidade no tempo	26
Quadro 3: Descrições dos níveis de Balanço Social	32
Quadro 4: Indicadores do desempenho ambiental	33
Quadro 5: Indicadores do desempenho econômico	33
Quadro 6: Indicadores do desempenho social	34
Quadro 7: Indicadores do desempenho com relação as práticas trabalhistas e trabalho	34
Quadro 8: Indicadores do desempenho com relação aos direitos humanos.....	34
Quadro 9: Indicadores do desempenho com relação à responsabilidade de seus produtos	35
Quadro 10: Empresas de energia que apresentam formas de evidenciação obrigatória	36
Quadro 11: Empresas de energia que apresentam formas de evidenciação voluntária	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formas de evidenciação obrigatória.....	38
Tabela 2: Formas de evidenciação voluntária.....	38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AES.	Agenda Elétrica Sustentável.
BM&FBOVESPA.	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.
CFC.	Conselho Federal de Contabilidade.
CPC.	Comitê de Pronunciamentos Técnicos.
DVA.	Demonstração do Valor Adicionado.
ETHOS.	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
FASB.	Financial Accounting Standards Board.
FIPECAFI.	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras.
GRI.	Global Reporting Initiative.
IBASE.	Instituto Brasileiro de Análises Econômicas.
NBCT.	Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnica.
NE.	Notas Explicativas.
RA.	Relatório da Administração.
S.A.	Sociedade Anônima.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA.....	15
1.1 Objetivos.....	16
1.1.1 – <i>Geral</i>	16
1.1.2 - <i>Específicos</i>	16
1.2 Justificativa	16
1.3 Procedimentos Metodológicos	18
1.3.1 <i>Classificação da abordagem do problema da pesquisa</i>	18
1.3.2 <i>Classificação quanto aos procedimentos técnicos</i>	18
1.3.3 <i>Classificação quanto aos objetivos da pesquisa</i>	19
1.3.4 <i>Universo da pesquisa e amostra</i>	19
1.3.6 <i>Procedimentos de coleta de dados</i>	20
1.3.7 <i>Tratamento dos Dados</i>	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 <i>Gerção Ambiental</i>	22
2.2 <i>Desenvolvimento Sustentável</i>	23
2.3 <i>Responsabilidade Socioambiental</i>	24
2.4 <i>Contabilidade</i>	24
2.4.1 <i>Evolução da Contabilidade</i>	26
2.4.2 <i>Contabilidade Socioambiental</i>	27
2.4.3 <i>Informação Contábil</i>	28
2.4.4 <i>Evidenciação Contábil</i>	29
2.4.4.1 <i>Modalidades de Evidenciação</i>	30
2.4.4.2 <i>Evidenciação Obrigatória</i>	30
2.4.4.3 <i>Evidenciação Voluntária</i>	31
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

REFERÊNCIAS	40
-------------------	----

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA

Questões como crescimento econômico, crescimento populacional, evolução do número de domicílios e distribuição de renda, são algumas das variáveis importantes na determinação do uso da energia, portanto, são consideradas como variáveis socioeconômicas. É importante ressaltar que o setor energético assume uma forma sustentável no crescimento e condições socioeconômicas da população, isso porque, busca mostrar diferentes maneiras de atender os requerimentos de serviços de energia (AES 2020, 2006).

Com isso as empresas do setor energético vêm buscando atrair novos investidores, visando aumentar o seu nível de confiança, passando a divulgar informações adicionais sobre ações de responsabilidade socioambiental, indo além das exigências obrigatórias. Sendo assim, surgem as informações voluntárias de natureza financeira e social. Dessa forma, os relatórios de divulgação sociais são instrumentos capazes de evidenciar os resultados das empresas nas áreas socioeconômicas e ambientais, a fim de atender as necessidades dos usuários internos e externos, como o Relatório Social, o Relatório de Sustentabilidade ou Balanço Social (LUCA *et al.*, 2012).

De acordo com o Financial Accounting Standards Board - FASB, descobriu-se que muitas companhias têm a iniciativa de apresentar em seus demonstrativos evidências voluntárias, com isso uma grande quantidade de informações de negócios pode ser utilizada como um meio de comunicação para os investidores, indo mais além temos que os disclosures voluntários são importantes para sucessos individuais das companhias, principalmente em relação aos fatores críticos de sucesso e as tendências que as norteiam (MOURA *et al.*, 2012).

O Conselho Federal de Contabilidade, através da resolução CFC nº 1.003/04 que aprova a NBC T 15 – informações de natureza social e ambiental, diz que o procedimento para a evidência dessas informações tem o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Segundo esta norma as informações de natureza social e ambiental são classificadas da seguinte maneira: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; e, d) a interação com o meio ambiente (CFC, 2004).

Ainda no que diz respeito ao disclosure voluntário de informações socioambientais o Balanço Social segue uma estrutura básica de acordo com o país no qual o instrumento é adotado. No Brasil existem duas organizações responsáveis por estimular a publicação dos relatórios sociais, são elas: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) (LUCA *et al.*, 2012).

Além dos modelos nacionais, existe o modelo mundial, o Global Reporting Initiative (GRI), resultante de um grande esforço internacional, com normas e padrões que orientam na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, cuja adoção desse padrão no Brasil é recomendada pelo Ethos, com o objetivo de atender as expectativas dos diversos usuários, apresentando indicadores econômicos, sociais e ambientais. Contudo é comum a preocupação das empresas com elaboração do modelo GRI, sendo, mais utilizado o modelo de Balanço Social do IBASE (LUCA *et al.*, *apud* INSTITUTO ETHOS, 2012).

Com base nesse contexto surge o seguinte problema de pesquisa: **Quais são as formas de evidenciação utilizadas pelas empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA?**

1.1 Objetivos

1.1.1 - Geral

O principal objetivo deste trabalho é apresentar quais são as formas de evidenciação utilizadas pelas empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA.

1.1.2 - Específicos

- Identificar quais as formas de evidenciação utilizadas pelas empresas selecionadas;
- Verificar quais os principais tipos de demonstrativos obrigatório e/ou voluntário divulgados pelas empresas escolhidas.

1.2 Justificativa

A prática da responsabilidade socioambiental que levam as empresas a atuar de forma sustentável na sociedade, pode ser agregada no aumento de seus lucros, pois são vistas com bons olhos pelos consumidores quando se trata de inovação e respeito ao meio ambiente, além de lançar regras de comportamento do mercado na competitividade das empresas (ABRAHÃO, 2013).

Nos últimos anos as discussões sobre a responsabilidade socioambiental das empresas vêm se tornando um assunto bastante debatido, reforçando a ideia de que as empresas devem adotar uma postura responsável diante da sociedade que não visem apenas obter lucros e gerar riquezas (CALDERÓN *et al.*, 2011).

Para as organizações, esse assunto tem sido encarado como um novo modelo estratégico para incrementar sua potencialidade de geração de renda e elevar o seu desenvolvimento, pelo fato de seus usuários estarem cada vez mais atentos sobre os tipos de produtos e serviços que contribuem para a melhoria do meio ambiente e a sociedade (BERTONCHELLO & JUNIOR, 2007).

Segundo Crispim (2003) algumas empresas de capital aberto no Brasil evidenciam sua responsabilidade social com ênfase na gestão ambiental, como também Gomes *et al.* (2012) que cita algumas referências de análise da evidenciação socioambiental das empresas e regulamentação brasileira.

Para Pinto (2006) a utilização dos indicadores de desempenho na prática da responsabilidade socioambiental é um instrumento a ser mais trabalhado pelas as organizações, tendo como principal função o acompanhamento da execução dos planos estratégicos, de averiguar se a decisão tomada pelos gestores está certa, além de fornecer informações sobre o seu desempenho em relação ao desenvolvimento sustentável.

De modo geral para que as organizações possam evidenciar informações de natureza social e ambiental aos seus usuários, elas adotam entre outros meios o balanço social, como uma demonstração contábil, facilitando a interpretação dessas informações. É nesse momento que a contabilidade por meio da mensuração e evidenciação de informações possibilita a determinação dos indicadores socioambientais que constituem a estrutura do Balanço Social. Esses indicadores podem ser apresentados através de alguns modelos propostos para a elaboração dessas informações.

Um fator considerável que influenciou na escolha do referido setor é a deficiência que as empresas de energia vêm enfrentando com a distribuição e fornecimento de energia elétrica, principalmente nas grandes cidades, devido à escassez das chuvas que estão comprometendo os reservatórios de água de todo país.

Tomando como base o que foi exposto, acredita-se que esta pesquisa se justifica, visto a grande importância da temática ambiental na atualidade, proposta por alguns autores em seus trabalhos, como, por exemplo, no artigo de Dalmácio e Paulo (2004) A evidenciação contábil: publicação de aspectos socioambientais e econômico-financeiros nas

demonstrações contábeis, onde, dentro dos objetivos propostos e de acordo com os resultados encontrados, tem-se o Relatório da Administração como forma de evidênciação mais flexível e interessante para os usuários externos. Assim este estudo vai identificar quais são as formas de evidênciação utilizadas pelas empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Nesta seção serão discutidos, os procedimentos metodológicos adotados no delineamento desta pesquisa, onde indicarão os dados e métodos necessários para se alcançar os objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

1.3.1 Classificação da abordagem do problema da pesquisa

Esta pesquisa é caracterizada como um trabalho quali-quantitativo, pois com base nesta abordagem buscou-se verificar as empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA, que apresentam formas de evidênciação obrigatórias e/ou voluntárias.

A pesquisa qualitativa é usada com forma de aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma entidade, etc. Os pesquisadores que utilizam esse mecanismo buscam explicar o porquê das coisas, com o objetivo de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, preocupando-se com os aspectos da realidade, não podendo ser quantificados (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Já a pesquisa quantitativa é dada por meio da mensuração, ou seja, quantificar em valores numéricos as informações a serem caracterizadas e examinadas, por meios estatísticos ou matemáticos (porcentagem, media, moda, etc), refutando ou não determinada hipótese (BARROS, 2008).

1.3.2 Classificação quanto aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é documental. Foram manuseados os relatórios das empresas visando encontrar as formas de evidênciação obrigatórias e voluntárias, através do levantamento feito a partir do site de cada empresa escolhida na amostra, referente ao ano de 2013, sendo analisadas as demonstrações apresentadas de forma obrigatória e/ou voluntário.

A pesquisa documental tem grande semelhança com a pesquisa bibliográfica, a diferença está na natureza das informações. Tal pesquisa utiliza variados tipos de documentos que ainda não receberam uma abordagem analítica, ou que podem ainda ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002).

1.3.3 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa

Analisando os objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que descreve a realidade a partir dos documentos examinados, no que se refere aos demonstrativos contábeis das empresas listadas, sendo classificada também como estudo de caso, já que aborda um setor específico a ser estudado, procurando compreender de forma mais detalhada as formas de evidenciação apresentadas pelas empresas analisadas.

Na pesquisa descritiva o objetivo principal é a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, uma vez que estabelece relações entre variáveis. Uma de suas principais características está na utilização de técnicas de coleta de dados. Já a modalidade de pesquisa do estudo de caso é comumente utilizada nas ciências sociais, de maneira que permita um maior detalhamento no conhecimento de seus objetos de pesquisa (GIL, 2002).

1.3.4 Universo da pesquisa e amostra

A população da referida pesquisa compreende as empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA, a partir das demonstrações publicadas na bolsa de valores. Para selecionar a amostra desse estudo, foi levada em consideração uma população composta por 73 empresas do setor energético, da qual se permitiu a seleção de uma amostra que está apresentada detalhadamente no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Lista das empresas de energia que compõem a amostra selecionada

Nº de empresas	Nome das empresas
01	AES TIETE S.A.
02	BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.
03	BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
04	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.
05	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS
06	CIA BRASILIANA DE ENERGIA
07	CIA ENERGETICA DE BRASILIA
08	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
09	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
10	CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ

11	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
12	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.
13	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
14	EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE
15	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR
16	ENEVA S.A
17	ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A. ESCELSA
18	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.
19	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN
20	RAIZEN ENERGIA S.A.
21	RENOVA ENERGIA S.A.
22	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

1.3.6 Procedimentos de coleta de dados

Os dados utilizados no referente estudo foram coletados a partir dos demonstrativos divulgados nos sites de cada empresa escolhida referente ao ano de 2013, sendo analisadas as demonstrações apresentadas de forma obrigatória e/ou voluntário, servindo estas, como base de informações ao referido estudo. Utilizou-se ainda o site da BM&FBOVESPA, para verificar a situação dos demonstrativos contábeis de todas as empresas do setor energético, que apresentam ou não evidenciação de forma obrigatória (notas explicativas, relatório da administração, demonstração do valor adicionado, etc.) e/ou voluntária, (balanço social modelo IBASE e modelo GRI), contribuindo para a coleta e análise dos dados, possibilitando o desenvolvimento deste trabalho.

1.3.7 Tratamento dos dados

Com o auxílio da ferramenta da Microsoft Office Excel 2007, foi selecionada uma amostra composta por empresas do setor energético, através do método da tabela de números aleatórios simples, por forma de sorteio. A partir dos dados obtidos através das demonstrações evidenciadas por cada empresa, foram construídos mais dois quadros, correspondentes, ao Quadro 10, onde relaciona as empresas que evidenciam seus demonstrativos de forma obrigatória e ao Quadro 11, que mostra as empresas evidenciam seus demonstrativos de forma voluntária. Tais dados serviram como base de fundamentação para analisar o comportamento das referidas empresas em relação às formas de evidenciação apresentadas pelas mesmas.

Para realizar a análise dos demonstrativos divulgados pelas empresas, serão utilizadas algumas das principais formas de evidenciação, tanto as obrigatórias, quanto as voluntárias,

tendo como base desta análise a comparação, entre as formas de divulgação das empresas, através de gráficos, com o intuito de explicitar as informações necessárias. Após essa etapa buscou-se evidenciar e comparar as formas de evidenciação do ano base 2013 das empresas classificadas neste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão Ambiental

Nos dias atuais a gestão ambiental e as características voltadas à questão da responsabilidade socioambiental são ferramentas importantes para empresas que buscam conhecimentos e condições para se manter competitiva no mercado. Segundo Bruno (2005) a adoção desta postura é uma exigência da sociedade contemporânea que dá credibilidade as organizações que incorporam nas suas atividades uma gestão ambiental eficiente.

As empresas estão focadas na competitividade e na agregação de valor aos seus produtos no mercado globalizado, ficando evidente a importância da gestão ambiental para organizações, já que a mesma visa regulamentar e diminuir o risco ambiental na busca de melhor reputação perante a sociedade (SOUSA, 2002).

Tachizawa (2002) relata em seu trabalho que as organizações, estão cada vez mais usando instrumentos gerenciais com intuito de criar e capacitar condições de competitividade, independentemente do setor econômica de uma empresa. Segundo Lima e Viegas (2002) a preocupação com a questão ambiental é ética e econômica e não se trata da empresa ser ou não ser ecologicamente correta.

Tinoco e Kraemer (2004) definem gestão ambiental como conjunto de atividades de planejamento, gerenciamento, regulamento, práticas, monitoramento que visam manter e fortalecer a política ambiental dentro das organizações e da sociedade. Além disso, tem como meta minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente devidos as suas atividades.

Dando ênfase às práticas adotadas pelas empresas, as que ganham destaque são: uso eficiente dos recursos naturais (água, energia e matérias primas), reforçar o marketing ambiental, adequação da legislação, tratamento dos resíduos sólidos e líquidos, campanhas educativas, modelos para mesurar e implementar o sistema de gerenciamento ambiental, entre outros (TOCCHETTO, 2005).

A gestão ambiental é um compromisso para o presente e futuro, devendo promover o desenvolvimento sustentável nos diferentes setores da sociedade (social, ambiental, econômico, cultural) a fim de garantir recursos naturais suficientes para gerações atuais e futuras.

2.2 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável não é uma tarefa fácil de ser implementado numa organização, vai além dos discursos simples de preservação, recuperação e de utilização eficiente dos recursos naturais, está na sua essência à questão da responsabilidade de como utilizar de forma racional os recursos naturais e conviver com meio ambiente sem degradar, a fim de garanti-los para as gerações futuras.

Para Nogueira (2011) os empresários estão cada vez mais preocupados de formar equipes com ênfase na sustentabilidade, a fim de estabelecer ações de minimizar os impactos ambientais, promover debates a cerca da responsabilidade ambiental para aprimorar a legislação e conscientizar que a problemática ambiental deve ser superada já que interfere diretamente na qualidade de vida sociedade.

Segundo Almeida (2002) o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo alvo de críticas e isso tem levado a uma mudança de paradigma, ou seja, as empresas estão iniciando o processo de sensibilização sobre a problemática ambiental criada pelo homem e refletindo essas questões sobre o cenário empresarial.

De acordo com Montibeller-Filho (2004) o desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como a integração com solução eficiente dos aspectos principais social, econômico e ambiental visando às necessidades básicas da sociedade da sociedade atual, sem desconsiderar as gerações futuras.

É Sabido que a questão ambiental está sendo foco das discussões da sociedade, conseqüentemente empresas e governos têm procurado desenvolver suas atividades a partir de práticas sustentáveis, concatenados com a responsabilidade social e soluções que promovam o desenvolvimento sustentável. Para Sachs (2000) é importante considerar cinco dimensões para desenvolver um planejamento racional, são elas: sustentabilidade econômica, social, geográfica, ecológica e cultural.

Assim, são notórias, que mudanças nos padrões de consumo e de produção são necessidades urgentes que devem ser repensadas com o conceito norteador do desenvolvimento sustentável e que as responsabilidades são de todos. O grande desafio da sociedade hoje é como equacionar o desenvolvimento econômico com responsabilidade social e uso racional dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente.

2.3 Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade social e ambiental das empresas pode ser conceituada como sistema de ações integradas que visam o desenvolvimento de áreas sociais a que venha combater a desigualdade social sem comprometer o meio ambiente. Para Paralles *et al.* (2010) a responsabilidade social vai além do aspecto social deve incluir também o aspecto ambiental e deve ser entendida numa perspectiva multidimensional devido às várias possibilidades de uso e existindo três dimensões importantes, sendo elas: questões políticas, questões econômicas e questões da desigualdade social.

Segundo Rodriguez (2005) as empresas que evidenciam de forma voluntárias as responsabilidades sociais reforça o comprometimento com a sociedade e aumenta os ganhos dos seus acionistas. Além disso, praticar ações de cunho social tem um efeito positivo na visão dos clientes ganhando credibilidade e fidelidade. Para Duarte *et al.* (2005) a responsabilidade social nas empresas caminham numa visão estratégica e devem ser incorporados nos seus processos de gerenciamento, focando a missão e seus valores.

A responsabilidade social e ambiental pode ser simplificada como uma definição de efetividade, com alcance de objetivos do desenvolvimento sustentável. Assim uma empresa é efetiva quando estabelece uma postura socialmente responsável e esta efetividade está relacionada com a satisfação da sociedade e atendendo requisitos social, econômico, ambiental e cultural (TACHIZAWA, 2002).

Os temas ambientais e sociais afetam diretamente na competitividade das organizações, já que alguns empresários pensam que a incorporações destas questões elevam as obrigações diminuindo consequentemente a rentabilidade. Acredita-se que esse pensamento clássico é ultrapassado, após várias discussões e debates, viram que investir nessa área é um bom negócio, além disso, a evidenciação das informações socioambientais fortalece a política e gestão das organizações. Assim não haverá crescimento econômico no futuro sem que haja progresso social e preservação do meio ambiente.

2.4 Contabilidade

A contabilidade pode ser definida como uma ciência social que estuda a evolução do patrimônio de determinada organização, com intuito de gerar informações confiáveis e em tempo hábil aos seus diversos usuários internos e externos, com finalidade de auxiliar no processo de tomada de decisão.

Segundo Ludícibus (2009, p. 3),

ou consideramos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independente de sua natureza, um conjunto básico de informações que presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciadas, para cada tipo de usuário.

Para Pires *et al.* (2008) o aparecimento de novos usuários tem tornado a execução da contabilidade cada mais difícil, já que o mercado globalizado e as questões ambientais, vem exigindo necessidades distintas, requerendo informações com qualidade e em quantidade suficiente, e além disso que sejam divulgadas por meio das demonstrações contábeis e complementos. Neste processo de evolução pode ser destacado os métodos de evidenciação ou *disclosure* das informações geradas para o ambiente contábil.

A geração e evidenciação de informações ambientais e sociais é uma nova atribuição adotada pela contabilidade, já que as organizações têm como objetivo principal de atender os anseios da sociedade e demonstrar que possui responsabilidade socioambiental, com isso, vem comunicando e divulgando as partes interessadas e aos investidores a evolução dos indicadores socioambientais.

Segundo Ludícibus (2006) a necessidade transparência da informação contábil aos usuários interessados reduz a possibilidade irregularidades e fraudes. Além disso, chama a atenção de discutir e como melhorar as formas de evidenciação das informações contábeis que são essenciais para usuários internos e externos. Acredita-se que essas discussões das formas de evidenciação estão relacionadas às informações socioambientais.

Assim a contabilidade vem contribuindo ao longo dos anos, através de vários estudos, na elaboração de novas formas de controlar o patrimônio através de um sistema de informações que permitem tomadas de decisões racionais numa determinada organização. Para tanto, a contabilidade, deve estabelecer um foco, no qual um objeto vai ser estudado visando desmitificar qualquer ponto de interrogação (SILVA, 2008).

Para Ludícibus *et al.* (2005) a medida que for aparecendo mudanças nas organizações a Contabilidade começa também entrar num processo de transformação e cumprindo com o objetivo principal de atender as necessidades dos usuários internos e externos na busca da informação confiável.

2.4.1 Evolução da Contabilidade

Cotrin *et al.* (2012) relata que a história contabilidade iniciou-se pelo início da civilização e está ligada as manifestações humanas em interpretar fatos ocorridos. Os historiadores relatam que os primeiros estudos contábeis datam aproximadamente 4.000 a.C., mas antes disso, quando o homem primitivo começou a contar seus rebanhos e detalhar os seus equipamentos, não sabiam eles, que estavam de forma simples fazendo contabilidade.

Feital (2012) referencia em seu trabalho que alguns pesquisadores datam que as práticas contábeis começaram aproximadamente 1.000 a.C.. Outros afirmavam que tais relatos são tão velhos quanto a origem da humanidade. Datam ainda que reis, faraós, comerciantes e agricultores, mensuravam, avaliavam e controlavam os seus bens utilizando técnicas de registros, marcando com isso o início da contabilidade de fato.

No Brasil a contabilidade teve influencia direta tanto da escola americana como italiana, sendo que a primeira influenciou na criação das bases para formar a Lei das Sociedades por Ações, fundamentada pela Resolução nº 220 e da circular nº 179 do Banco Central. Relatos afirmam que a contabilidade brasileira iniciou-se a com vinda da Família real portuguesa, que incrementou as atividades coloniais e começou a requerer um rigor fiscal nos gastos públicos e rendas dos estados. FEITAL (2012).

Segundo Cotrin *et al.* (2012) atualmente a contabilidade está no momento contraditório onde as normas evoluem com qualidade enquanto os profissionais que atuam na área não estão conseguindo acompanhar essa evolução, principalmente quando com o surgimento da Lei das Sociedades Anônimas (S.A.).

É difícil dizer exatamente quando e quem criou a contabilidade, entretanto as mudanças estão num processo contínuo devido às diversas transformações do mundo moderno. Várias pesquisas estão ajudando nesta evolução a fim de atender e acompanhar essas mudanças e contribuir na construção do pensamento contábil eficiente. Lima (2006) delineou e defendeu quatro fases da sua evolução conforme pode ser observado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 2 – Evolução da Contabilidade no tempo.

Período	Características
Antigo	Inicia com a antiga civilização do homem e vai até 1202 era cristã.
Medieval	De 1202 da era cristã até 1494 quando apareceu <i>Tractatus de Computis et Scripturis</i> de Frei Luca Pacioli.
Moderno	De 1494 até 1840 com o aparecimento da Obra “ <i>La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche</i> ”, da autora de Francesco Villa.
Mundo científico	Inicia em 1840 até os dias atuais

Fonte: Adaptado de Lima (2006).

Para Facundes (2011) relata também que uma data importante, que deve ser levado no entendimento da evolução da contabilidade no Brasil é a criação da Lei das Sociedades Anônimas em 1976 que estabeleciam algumas regras como: padrões para publicação dos balanços, criação de reservas, avaliação de ativos, apuração e distribuição de lucro e publicação dos lucros e perdas.

2.4.2 Contabilidade Social e Ambiental

A contabilidade social e ambiental é parte da ciência contábil que está voltada para avaliar e mensurar os ativos e passivos sociais e ambientais de uma determinada organização, considerando as suas atividades e as influências destas perante a sociedade. É importante lembrar que as inter-relações destas dimensões é função direta da responsabilidade social.

Barreto *et al.* (2005) pressupõem que a contabilidade social e ambiental é uma tarefa difícil para os profissionais contábeis, já que trabalha muitas vezes com variáveis intangíveis, com teor qualitativo. Além disso, influencia no processo de tomada de decisão das empresas e conseqüentemente no aspecto social.

A contabilidade Social e Ambiental procurar fazer um intercâmbio entre o ser humano, a sociedade, as organizações e o meio ambiente, e na estrutura atual esses eixos não podem ser analisados de formas separadas. Segundo Tinoco (2001), o elevado grau de degradação do patrimônio ambiental da humanidade e à medida que processo de globalização cresce em busca de riqueza, está fazendo as organizações, se adaptarem e conviver de forma equilibrada com o meio ambiente.

Segundo Costa *et al.*, *apud* Silva (2007, p. 22),

“a contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente”.

O processo de tomada de decisão otimizado de uma empresa, para se manter viva no mercado globalizado, não depende só de fatores quantitativos, mas também das informações contábeis e devem ser feitas nas demonstrações originadas da contabilidade social e ambiental (BARRETO *et al.*, 2005). Esse é um caminho que envolve todos os segmentos da sociedade e demanda ações e decisões integradas, que vão da questão cultural da sociedade até as questões ambientais.

2.4.3 Informação Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade fala que a informação contábil pode ser expressa por diferentes meios como: escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, demonstrações, documentos, planilhas, listagens, diagnósticos, descrições críticas e livros (FIECAFI, 1994).

O Financial Accounting Standards Board (FASB) apresenta através de um fluxograma, as características hierárquicas da informação contábil.

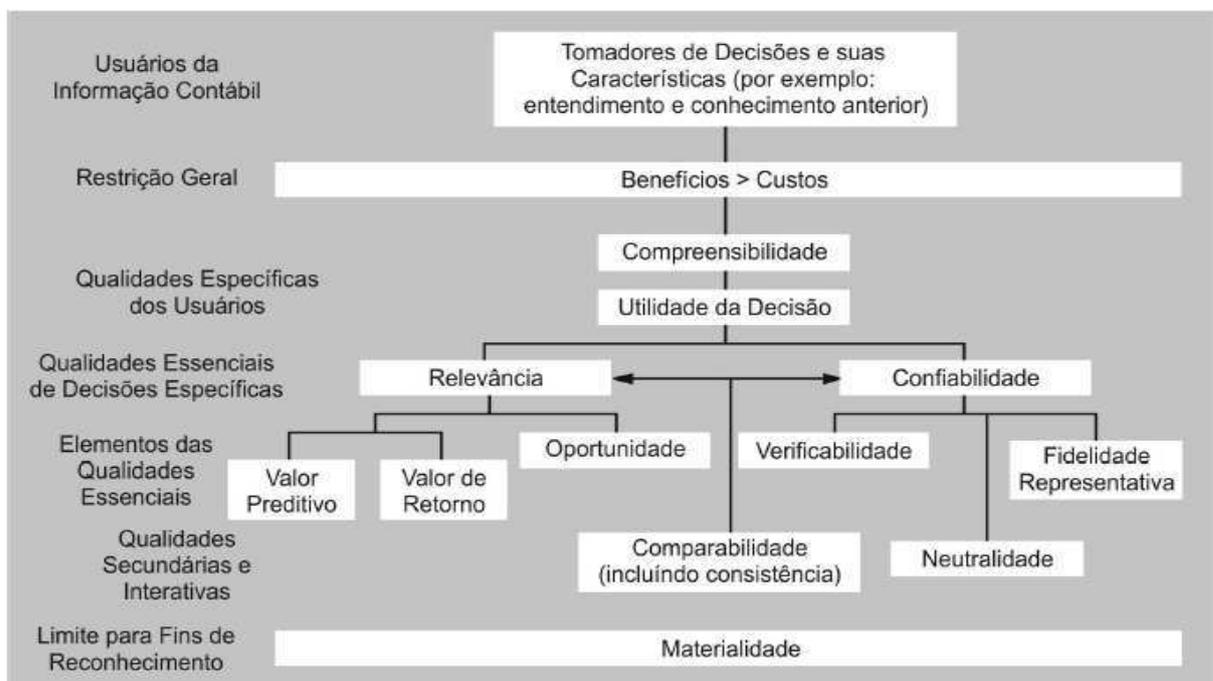


Figura 1 – Características Qualitativas da Informação Contábil.
Fonte: (FASB, 1980 apud Stroehrer *et al.*, 2008).

Segundo Paulo (2002) as principais características da informação contábil que devem hierarquizadas e identificadas pela sua qualidade (primária e secundária), sendo as primárias seguem os princípios da relevância e da confiabilidade, e as secundárias são a comparabilidade, uniformidade e consistência.

Para Oliveira *et al.* (2000) as informações contábeis devem ser úteis para o processo de tomada de decisão, além disso, devem ser encaminhadas de forma clara, segura, relevante, íntegra, flexível, completa, preditiva e fundamentar a administração de uma organização a fim de analisar a evolução do seu patrimônio.

2.4.4 Evidenciação Contábil

A evidenciação contábil é parte da contabilidade que visa divulgar a informação com clareza, não deixando nenhuma dúvida para as partes interessadas, permitindo a compreensão da informação contábil de imediato. Ludícibus (2000) citou no seu trabalho, com base na definição sobre evidenciação da *American Institute of Certified Public Accountants* que as informações contábeis não devem apresentar exageros no que está sendo analisado, devendo evidenciar o que for necessário e disponibilizados em tempo hábil para atender o Princípio da Oportunidade.

Segundo Ribeiro Filho *et al.*, *apud* Indícibus (2009, p. 267),

evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Segundo Ludícibus (2000) as informações contábeis devem ser evidenciadas levando em consideração qualidades como: confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade. Essas qualidades levadas em consideração devem ressaltar o acolhimento das necessidades dos usuários e consistência nos critérios utilizados. A evidenciação deve apresentar a informação contábil qualitativa e quantitativa de forma ordenada a fim de promover uma base adequada para o usuário que for utilizar.

A relevância da evidenciação das informações contábeis, principalmente as socioambientais, é imprescindível no contexto atual. Para Louzada (2002) o processo de como divulgar a informação contábil tem o intuito de reconhecer, avaliar e interpretar de forma adequada e hábil os tipos de informações fornecidas.

Neste contexto, a preocupação com a uma gestão ambiental eficiente e com os princípios da responsabilidade socioambiental vêm impondo as organizações investimentos na minimização dos impactos ambientais negativos e manter uma inter-relação com projetos

filantrópicos, sendo necessário o auxílio da contabilidade ambiental e social na busca de formas ou modalidades de divulgações.

2.4.4.1 Modalidades de Evidenciação

Na busca de transparência da informação a contabilidade vem desenvolvendo e adotando diferentes formas de evidenciar as demonstrações elaboradas pelas empresas, podendo essas evidenciações ser apresentadas em seus relatórios de forma obrigatória, e/ou de forma voluntária.

Existem ainda empresas que divulga de forma voluntária informações socioambientais como: o Balanço social idealizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a Global Reporting Initiative (GRI) idealizado por entidades internacionais e os Relatórios de Sustentabilidade.

2.4.4.2 Evidenciação Obrigatória

Dentre as evidenciações obrigatórias as que merecem destaque são:

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Pronunciamento Técnico CPC 09 tem como objetivo estabelecer critérios para a elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social, tendo com finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante um determinado período. Para sua elaboração deve-se levar em consideração o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC - Estrutura Conceitual Básica para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A DVA em sua estrutura deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e como tal riqueza foi distribuída. O detalhamento da distribuição da riqueza se dar da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) juros e aluguéis; d) juros sobre o capital próprio e dividendos; e) lucros retidos ou prejuízo do exercício (CPC 09, 2008).

Notas Explicativas

O Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis se manifesta apresentando as Notas Explicativas que contêm informações adicionais em relação às apresentadas nas demonstrações contábeis, onde oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações, informações essas acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento apresentados nas demonstrações contábeis. (CPC 26, R1, 2011)

Relatórios da Administração

Segundo Silva *et al.*, (2006) o Relatório da Administração, exigido pela Lei nº 6.404/76, possui grande importância no sistema de divulgação aos acionistas, credores, investidores e órgãos governamentais. O Relatório da Administração trata do conjunto de informações disponibilizadas aos acionistas, através dos seguintes itens: a) descrição dos negócios, produtos e serviços; b) comentário sobre a conjuntura econômica geral; c) recursos humanos; d) investimentos; e) proteção ao meio ambiente; etc. Com isso o Relatório da Administração é um complemento às demonstrações financeiras, pois fornece, de forma descritiva, dados e informações adicionais que podem ser úteis aos usuários nas suas decisões.

2.4.4.3 Evidenciação Voluntária

Dentre as evidenciações voluntárias as que merecem destaque são:

Balanco Social

O grande objetivo do balanço social é exprimir o nível de responsabilidade socioambiental de uma determinada organização, informando conseqüentemente a sociedade o seu patrimônio e suas ações. Para o IBASE o balanço social deve ter um modelo único e simples para apresentar as informações, caso contrário não permitirá uma avaliação adequada da função social e ambiental de uma determinada empresa. Assim pode ser definido como um demonstrativo numérico sobre as atividades sociais e ambientais de uma determinada empresa.

Para De Luca (1998) existe uma crescente preocupação da sociedade em mensurar a função social e ambiental de uma empresa, isso é devido a maneira que os consumidores vêm valorizando e premiando, empresas que têm iniciativas em desenvolver ações sociais

com seus empregados e com a sociedade e de minimizar os impactos ambientais causados pelas suas atividades.

Segundo Dalmácio *et al.* (2004) as organizações devem assumir um compromisso com a sociedade não devendo só focar na obtenção do lucro. É necessário racionalidade na utilização dos recursos naturais, interesse na preservação do meio ambiente e também responsabilidade social.

Ben (2005) afirma que o balanço social é um demonstrativo de caráter qualitativo, já que procura evidenciar ações e esforços que vêm sendo realizadas pelas empresas para não afetar a flora, fauna e qualidade de vida da sociedade, também relações sociais dos trabalhadores com o meio ambiente e as contribuições feitas às comunidades. Assim o balanço social é um instrumento de relevância que permite aos empresários a divulgação, a mensuração, identificação dos fatos sociais e ambientais para os usuários internos e externos.

O balanço social é reconhecido por várias entidades de investimento com um instrumento eficiente de avaliação já permite avaliar os riscos e as projeções de investimento na área social e ambiental. Para os gestores fornece informações necessárias ao processo de tomada de decisão referente aos programas desenvolvidos pelas empresas. Já aos fornecedores e investidores permite conhecer o nível de responsabilidade social e ambiental que é considerado pelos mesmos como um bom indicador de como a entidade está sendo gerenciada.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) o modelo do balanço social deve apresentar informações divididas em sete níveis. E deve detalhar investimentos em projetos ambientais e sociais (internos e externos) em diferentes áreas, como educação, cultura, saúde, além disso, os números sobre folha de pagamento, gastos com impostos, participação nos lucros, entre outros. No Quadro 2 a seguir são mostrados os requisitos mínimos exigidos:

Quadro 3 - Descrição dos níveis de Balanço Social.

Grupo	Descrição	Especificação
1	Base de cálculo	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta;
2	Indicadores sociais internos	Gastos com alimentação, educação, capacitação e saúde, dentre outros relacionados aos empregados;
3	Indicadores sociais externos	Gastos da empresa na comunidade (saúde e saneamento, cultura, educação, etc.) e os tributos;
4	Indicadores ambientais	Gastos com despoluição, educação ambiental, investimento em programas externos e outros seja com os empregados ou com a sociedade;
5	Indicadores do corpo	Numero de admissões, estagiários, mulheres, negros e

	funcional	portadores de deficiência física;
6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Aspectos referentes ao número de acidentes de trabalho, responsabilidade dos padrões de segurança e salubridade existentes;
7	Outras informações	Outras informações que a empresa julgar necessárias.

Fonte: Adaptado do site IBASE, 2014.

Global Reporting Initiative (GRI)

A Global Reporting Initiative é uma iniciativa conjunta de organismo não governamental dos Estados Unidos e do Programa das Nações Unidas voltado para o Meio Ambiente, com participação ativa de contadores, ambientalistas, investidores, direitos humanos e trabalhistas de diferentes partes do mundo. E seu principal objetivo é difundir e delinear diretrizes adequadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, devendo evidenciar, aspectos como o financeiro, ambiental, social, produtos e serviços.

Para Dias *et al.* (2009) a Global Reporting Initiative (GRI) incorpora em seus relatórios um modelo de balanço social mais sofisticado, segundo padrões internacionais, pois contemplam aspectos qualitativos como o desempenho dos investimentos sociais de uma entidade, até mesmo, os impactos ambientais produzidas por suas atividades. É dividida em três dimensões (econômica, social e ambiental) que permitem ainda fazer análises e observações da evolução dos indicadores fornecidos pela empresa.

O modelo GRI deve apresentar informações básicas, com indicadores divididos em três dimensões, subdivida em seis categorias, conforme apresentados nos Quadros 3 a 8.

Quadro 4 – Indicadores do desempenho ambiental

Aspecto	Descrição
Materiais	Materiais usados por peso ou volume; e percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem;
Energia	Cosumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária; cosumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária; energia economizada devido melhorias em conservação e eficiência; iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia;
Água	Total de retirada de água por fonte; fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água; e percentual e total de água reutilizada;
Biodiversidade	Localização e tamanho da área possuída, arredada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; descrição de impacto significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas;
Emissões, efluentes e resíduos	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso; outras de emissões diretas e indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso, iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito e as reduções obtidas; emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso; NOx, SOx e outras emissões atmosféricas

	significativas, por tipo e peso; desperdício total de água, por qualidade e destinação;
Produtos e serviços	Iniciativas para minimizar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos; e o percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos por categoria de produto;
Conformidade	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais;
Transporte	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores;
Geral	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental.

Fonte: adaptado de sites especializados 2013.

Quadro 5 - Indicadores do desempenho econômico.

Aspecto	Descrição
Desempenho econômico	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos;
Presença no mercado	Variação da proporção do salário mais comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes; políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes;
Impactos econômicos indiretos	Desenvolvimento e impacto de investimento em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie.

Fonte: adaptado de sites especializados 2013.

Quadro 6 - Indicadores do desempenho social.

Aspecto	Descrição
Comunidade	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída;
Corrupção	Percentual e número total de unidades de negócios submetidos a avaliações de riscos relacionados à corrupção;
Políticas públicas	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração das mesmas;
Concorrência desleal-adicional	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste de monopólio e seus resultados;
Conformidade-essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos;

Fonte: adaptado de sites especializados 2013.

Quadro 7 - Indicadores do desempenho com relação às práticas trabalhistas.

Aspecto	Descrição
Emprego	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região;
Relação entre os trabalhadores e a governança	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva; e prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em

	acordos de negociação coletiva;
Saúde e segurança no trabalho	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional; taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho por região;
Treinamento e educação	Media de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional;

Fonte: adaptado de sites especializados 2013.

Quadro 8 - Indicadores do desempenho com relação aos direitos humanos.

Aspecto	Descrição
Práticas de investimento e de processos de compra	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes direitos humanos;
Não-discriminação	Número total de discriminação e as medidas tomadas;
Liberdade de associação e negociação coletiva	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva;
Trabalho infantil	Operações identificadas como risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do mesmo;
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Operações identificadas como risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo;
Práticas de segurança	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações;
Direitos indígenas	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.

Fonte: adaptado de sites especializados 2013.

Quadro 9 - Indicadores do desempenho com relação à responsabilidade de seus produtos.

Aspecto	Descrição
Saúde e segurança do cliente-essencial	Fases do ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos;
Rotulagem de produtos e serviços	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigidos por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências; número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados as informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado; e práticas relacionadas a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas eu medem essa satisfação;
Comunicações de <i>marketing</i>	Programas de adesão as leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio;
Conformidade	Numero total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda dos clientes;
<i>Compliance</i>	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: adaptado de sites especializados 2013.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a exposição de algumas definições acerca do tema abordado neste estudo foram levantados alguns conceitos teóricos que permitiu a fundamentação dessa pesquisa, para que em seguida com a utilização de alguns métodos e materiais obter e analisar os resultados das formas de evidenciação das empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA.

Com base no universo da pesquisa observou-se uma população composta por 73 empresas, ficando inviável análise de todas, tendo em vista o pouco tempo para a realização da pesquisa. Sendo assim, foi obtida a partir da técnica de amostragem aleatória por sorteio, com o auxílio da tabela de números aleatórios gerados através da ferramenta do Office Excel 2007 uma amostra contendo 22 empresas do setor energético, todas elas listadas na bolsa de valores. Essa amostra servirá como base para informar quais as formas de evidenciação voluntárias e obrigatórias apresentadas pelas empresas selecionadas.

No Quadro 10 são apresentadas as 22 empresas que compõem a amostra. Foi observado que todas elas divulgam as formas de evidenciações obrigatórias, neste caso, sendo considerado apenas três demonstrações, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com isso pode-se avaliar que tais demonstrações são divulgadas por todas as empresas, justamente pelo fato de ser obrigada por lei.

Quadro 10 - Empresas de energia que apresentam formas de evidenciação obrigatória

Nomes das empresas	Evidenciação obrigatória		
	NE	RA	DVA
AES TIETE S.A.			
BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.			
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.			
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.			
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS			
CIA BRASILIANA DE ENERGIA			
CIA ENERGETICA DE BRASILIA			
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG			
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL			
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ			
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.			
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.			
ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR			
EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE			

EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR			
ENEVA S.A			
ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A. ESCELSA			
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.			
PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN			
RAIZEN ENERGIA S.A.			
RENOVA ENERGIA S.A.			
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.			

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com o levantamento realizado através do site de cada empresa, foi possível perceber que das 22 empresas analisadas, apenas 5 delas apresentam formas de evidenciações voluntárias, nesse caso o Balanço Social modelo IBASE e GRI. Percebe-se que pelo fato de ser voluntária a grande maioria das empresas não se preocupa em divulgarem tais informações, fazendo com que a responsabilidade socioambiental seja colocada em segundo plano. Para que essa situação mude e as empresas passem a divulgar as demonstrações voluntárias, assim como divulgam as obrigatórias, é necessário que haja uma maior conscientização por parte das empresas, levando as mesmas a refletirem a cerca da responsabilidade social que cada uma tem no processo de preservação do meio ambiente, fazendo com que busquem maneiras de diminuir os impactos causados ao meio ambiente.

Quadro 11 – Empresas de energia que apresentam formas de evidenciação voluntária

Nomes das empresas	Evidenciação voluntária	
	IBASE	GRI
AES TIETE S.A.		
BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.		
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.		
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.		
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS		
CIA BRASILIANA DE ENERGIA		
CIA ENERGETICA DE BRASILIA		
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG		
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL		
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ		
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.		
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.		
ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR		
EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE		
EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR		
ENEVA S.A		

ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A. ESCELSA		
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.		
PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A. - PROMAN		
RAIZEN ENERGIA S.A.		
RENOVA ENERGIA S.A.		
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.		

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Em seguida serão apresentadas as Tabelas 1 e 2, mostrando os percentuais das empresas que divulgam as demonstrações de forma obrigatória e/ou voluntária.

Tabela 1 – Formas de evidenciação obrigatória

Formas de evidenciação obrigatória		
Apresentam	22	100%
Não apresentam	0	0%
Total	22	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Através da tabela percebe-se que das 22 empresas pesquisadas 100% delas apresentam formas de evidenciação obrigatória.

Tabela 2 - Formas de evidenciação voluntária

Formas de evidenciação voluntária		
Apresentam	5	23%
Não apresentam	17	77%
Total	22	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com a tabela acima, observa-se que apenas 23% das empresas pesquisadas apresentam formas de evidenciação voluntária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como esse estudo foi realizado com o objetivo de averiguar quais são as formas de evidenciação utilizadas pelas empresas do setor energético, partindo da análise dos resultados, que contou com uma amostra composta por 22 empresas de energia integradas a bolsa de valores, selecionada a partir da técnica de amostragem aleatória por sorteio, com coleta dos dados a partir do site de cada delas, concluiu-se que poucas são as empresas do setor energético que se importa em apresentar suas formas de evidenciação voluntária. De acordo com a amostra selecionada nessa pesquisa, notou-se que de 100% das empresas, apenas 23% apresenta alguma das formas de evidenciação dos demonstrativos voluntários, nesse caso o Balanço Social modelo IBASE e GRI. Com isso os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, uma vez que, se conseguiu identificar, entre as empresas analisadas, aquelas que evidenciam suas informações de forma obrigatória e/ ou voluntária, podendo ainda verificar os tipos de demonstrativos apresentas por cada empresa. Além disso, pode-se perceber que apesar das empresas terem consciência que a responsabilidade socioambiental e que a escassez dos recursos naturais são temas imprescindíveis no contexto atual da sociedade, pode-se afirmar, portanto, que ainda são poucas as empresas do setor energético que evidenciam suas informações socioambientais de forma voluntária.

Como recomendações para futuros trabalhos, pode ser incluído temas como: analisar formas na legislação a cerca de tornar o Balanço Social um demonstrativo obrigatória para as companhias de capital aberto; inserir técnicas de análise multicriterial e multidecisor na utilização dos indicadores socioambientais, visando à construção da estrutura básica do Balanço Social.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Jorge. Afinal, empresa sustentável dá lucro? Revista envolver de Jornalismo & Sustentabilidade. 23 mar. 2013. Economia. Disponível em: www.envolverde.com.br/economia/afinal-empresa-sustentavel-da-lucro/. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

Agenda elétrica sustentável 2020: estudo de cenários para um setor elétrico brasileiro eficiente, seguro e competitivo / WWF-Brasil.— Brasília, 2006 . 80 p. : il. ; (Série técnica: v.12). Disponível em: http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf_energia_ebook.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (2002).
 BARRETO, I. G.; LUCENA, W. G. L.; DE SOUZA, M. V.; SILVA, M. D. O. P.; Contabilidade social e ambiental: um estudo de caso na telemar norte leste s.a. no período de 2003 e 2004; XII SIMPEP-Bauru, SP, Brasil, 07 a 09 de novembro de (2005).
 BARROS, Talma Bastos de. Conceitos em Pesquisa Científica. 22 out. 2008. Disponível em: www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/. Acesso em: 12 mar. 2014.

BEN, F.; Um perfil da gestão ambiental em empresas moveleiras brasileiras. JORNADAS DE INVESTIGACIÓN CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS, 3, 2005. Anais...Argentina, Universidad Nacional de Misiones. Posadas – Argentina, (2005).

BERTONCELLO, Silvo Luiz Tadeu; JUNIOR, João Chang. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. Revista FACOM, nº 17, 1º semestre de 2007. Disponível em: www.fAAP.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

BRUNO, G. O. A relação comercial entre empresas e fornecedores sociais: um estudo multicase. In: FRANCISCHINI, A. S. N. (org). Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. 4. ed. São Paulo: Periópolis: Instituto Prêmio Ethos Valor. Ethos, (2005).

CALDERÓN, Patrícia Asunción Loaiza; Marson, Luciana Sousa Coelho; OLIVEIRA, Maria Rosa da Silva de; QUINTANS, Benjamin Salgado. Responsabilidade Social e Estratégia Empresarial: Um elo entre duas correntes- O caso de uma indústria do ramo alimentício no município de Nova IGUAÇU. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 8., 2011, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011. Disponível em: www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_0374_2069.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em 14 de março de 2014.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em 14 de março de 2014.

Conselho Federal de Contabilidade, Resolução CFC nº 1.003/04, NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc. Acesso em 09 de março de 2014.

COTRIN, A. M.; SANTOS, A. L.; ZOTTE JUNIOR, L.; A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista. Revista Conteúdo, Capivari, v.2, n.1, jan./jul. (2012).

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M.; A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: 4º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2004, São Paulo (SP). Anais em CD-ROM, 07 a 08 de out. (2004).

DE LUCA, M. M. M., MOURA A. A. F., NASCIMENTO, F. S. P.. Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto no Brasil com base nos indicadores de responsabilidade social da ONU. v.19, n 3, 2012. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/8894. Acesso em: 02 de fevereiro de 2014.

DIAS, L. N. S.; SIQUEIRA, J. R. M.. Os indicadores ambientais no balanço social da Petrobras. Contabilidade ambiental e relatórios sociais. São Paulo: Atlas, (2009).

DUARTE, C. O. S.; TORRES, J. Q. R. Ética empresarial. In: FRANCISCHINI, A. S. N. (org). Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. 4. ed. São Paulo: Periópolis: Instituto Ethos, Prêmio Ethos Valor. (2005).

Estudando teoria da contabilidade, RIBEIRO FILHO, José Francisco, LOPES, Jorge, PEDERNEIRAS, Marcleide. São Paulo: Atlas, 2009.

FAGUNDES, J. A.; Teoria da Contabilidade (2011). Disponível em: <http://www.jair.fema.com.br/apostilaeartigo.htm>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2014.

FEITAL, J. C. C.; DE OLIVEIRA, M. R.; DA SILVA, T. L.; Artigo: A Evolução da Contabilidade e o Mercado de Trabalho. Revista Alumni – São Paulo: (2012).

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIEP/CAFI). Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades. 4.ed. São Paulo: Atlas, 778p., (1994).

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo, Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 09 de março de 2014.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:
http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_oco_antnio_carlos_gil.pdf. Acesso em 09 de março de 2014.

GOMES, Amanda de Oliveira; LEITÃO, Marisa Teófilo; PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinicius Veras; OLIVEIRA, Talyta Eduardo. A evidencição da Responsabilidade Socioambiental das empresas e a regulamentação brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 12., 2011, Puntadel Leste/Uruguai. Anais eletrônicos...Puntadel Leste: XII Congresso Internacional de Custos, 2011. Disponível em: www.website.acep.org.br/a-evidenciacao-da-responsabilidade-socioambiental-das-empresas-e-a-regulamentacao-brasileira/. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: <www.ibase.org.br>. Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, n. 38, p. 7-19, (2005).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, A. A.; Contabilidade Básica. (2006); Disponível em: <www.grupoempresarial.adm.br> Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

LIMA, D. V.; VIEGAS, W. Tratamento contábil e evidencição das externalidades ecológicas. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo: USP, n. 30, p. 46-53. set./dez. (2002).

LOUZADA, L. C.; Fatores que influenciam a capacidade de geração, comunicação e Informação das Demonstrações Contábeis. Universo Acadêmico, Nova Venécia, V.2, n.2, p. 13-32, Jan./jun.(2002).

MOURA, Geovanne Dias de, FANK, Odir Luiz, VARELA, Patrícia Siqueira, Evidencição do ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília, v. 15, n. 1, p. 17 - 32 jan/abr 2012. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/8333. Acesso em: 14 de março de 2014.

MONTIBELLER FILHO, G. O mito do desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. Da UFCS, (2004). multicasos. In: FRANCISCHINI, A. S. N. (org). Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. 4. ed. São Paulo: Periópolis: Instituto Prêmio Ethos Valor. Ethos, (2005).

NOGUEIRA, I. C. S.; A Ética e o Desenvolvimento Sustentável sob a ótica das Organizações. INTERLINK - v. 2, nº.2; jul/dez (2011).

OLIVEIRA, A.G.; MÜLLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. Revista da FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. (2000). Disponível em: <www.cde.br/publicacoes/revista.asp>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

PALHARES, J. M.; NAGATA, N.; Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas - Um Estudo das Ações Praticadas pela Itaipu Binacional; II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física; Universidade de Coimbra, Maio de (2010).

PAULO, E. Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira. (2002). Dissertação (Mestrado) – Convênio Universidade de Brasília/Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, Paraíba, Brasil. Disponível em: <www.unb.br/cca/mestrado/dissertacao/mest_dissert_007.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

PINTO, Lygia Amandi da Silva. Responsabilidade social empresarial: uma reflexão sobre os indicadores de desempenho. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional), Universidade de Taubaté, Taubaté, 2006. Disponível em: www.ppga.com.br/mestrado/2006/pinto-lygia_amandi_silva.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. S.; A Evolução da Evidenciação das Informações Ambientais de Empresas do Setor de Celulose e Papel: Uma Análise de Conteúdo das Notas Explicativas e Relatórios de Administração; Revista Contexto, Porto Alegre, v. 8, nº. 13, 1º Semestre (2008).

RODRIGUEZ, M. V. R. (org.). Harvard Business Review. Ética e Responsabilidade Social nas Empresas. Rio de Janeiro: Campus, (2005).

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.). Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 2. p.469-491. ed. São Paulo: Cortez, (2000).

SILVA, César Augusto Silva, RODRIGUES Fernanda, SILVEIRA, Maria Lizete da, SILVEIRA, Karen da, Relatório da Administração das companhias brasileiras de capital aberto: uma análise qualitativa. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 4, nº 2, ju/dez 2006. Disponível em: <http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/viewFile/73/36>. Acesso em: 14 de março de 2014.

SILVA, L. I. S.; Contabilidade: Objeto, Objetivos e Funções; Revista Sitientibus, Feira de Santana, n. 38, p.79-101, jan./jun. (2008).

SOUZA, R. S. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. Revista Eletrônica de Administração, v., 8, n., 6, p. 85-112. ed. especial 30, (2002).

STROEHER, A. M.; FREITAS, H.; O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. Revista de Administração – eletrônica (2008). Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a7.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

TACHIZAWA, T.; Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, (2002).

TINOCO, J. E. P.; Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, (2001).

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e Gestão. São Paulo: Atlas, 304 p. (2004).

TOCCHETTO, M. Gerenciamento de resíduos sólidos industriais. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, (2005).